

## Os especialistas e o público

José Carlos Alexandre

*Instituto Politécnico da Guarda*

E-mail: [jcalexandrexx@gmail.com](mailto:jcalexandrexx@gmail.com)

### Resumo

A crise financeira internacional, iniciada em 2007 nos EUA, não foi prevista pela larga maioria dos especialistas. O Brexit e a vitória de Donald Trump apanharam de surpresa muitos líderes de opinião. Este tipo de acontecimentos levanta questões importantes, como a efetiva capacidade de previsão dos especialistas. Alguns autores veem o espectro do populismo a pairar sobre o Ocidente. Em contraposição, o elitismo, uma espécie de populismo virado do avesso, parece ganhar um novo fôlego. Seja como for, vivemos numa época em que não abunda a fé na humanidade. Assistimos a um regresso em força do

discurso sobre as massas ignorantes, irresponsáveis e irracionais, agora à solta pelas redes sociais. Partindo de um conjunto de autores que analisaram a relação entre os especialistas e o público, pretendemos responder às seguintes questões: (1) Numa sociedade democrática, até que ponto os especialistas podem contribuir para uma melhoria, por um lado, dos métodos e condições da discussão pública e, por outro, dos processos de deliberação e decisão política? (2) em que condições e circunstâncias as previsões dos especialistas podem ser mais fiáveis do que as emoções e intuições do público?

### Abstract

The international financial crisis, originated in the United States in 2007, was not anticipated by most scholars and policymakers. The Brexit and the victory of Donald Trump in the US elections also surprised the majority of opinion makers. These events raise important issues, namely the actual forecasting capacity of experts. According to some authors, the spectre of populism is haunting the Western world. On the other hand, elitism, a kind of populism turned upside down, seems to gain a new life. Somehow, faith in humankind is scarce these days. There is a new coming of the views of the masses' ignorance,

irresponsibility and irrationality. Furthermore, today the masses have a wide-ranging participation in public discussion through social media, without mediation. In this article, standing on the views of several authors on the relation between experts and the public, we explore the following questions: (1) In a democratic society, what is the contribution of experts to improve the methods and the setting of public discussion and, on the other hand, to the political decision-making processes? (2) in which conditions can experts' forecasts be more accurate than the public emotions and intuitions?

---

Data de submissão: 31/05/2017. Data de aprovação: 30/06/2017.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



## Um debate pioneiro

*post-truth* – an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’.

Oxford Dictionaries

OS DICIONÁRIOS de Oxford escolheram “pós-verdade” (*post-truth*) como a palavra de 2016. No fundo, o adjetivo “pós-verdade” é uma derivação do substantivo estereótipo, um termo introduzido nas ciências sociais por Walter Lippmann (1889-1974) há quase um século. Em 1922, o jornalista e cientista político norte-americano publicou *Public Opinion*. De acordo com este autor, a realidade é demasiado complexa para um público que se limita a ler os jornais meia hora por dia. Os cidadãos tomam decisões baseados exclusivamente em estereótipos – generalizações e hipersimplificações da realidade, impregnadas de sentimentos e emoções. Os estereótipos distorcem a percepção da realidade e a comunicação sobre essa realidade por dois motivos principais. Primeiro, levam a uma percepção seletiva, ou seja, os indivíduos evitam ativamente a dissonância cognitiva de modo a manter uma imagem harmoniosa do mundo. Segundo, reduzem a complexidade cognitiva. O conhecimento que o indivíduo tem da realidade social é-lhe fornecido pelos *media* e esse conhecimento, mesmo quando resulta de uma experiência pessoal e direta, está organizado em padrões e estereótipos. E o que não se conta nos *media* é como se não existisse, ou melhor, as suas possibilidades de fazer parte da realidade percebida são reduzidas. Segundo Lippmann (1922/1998), a imprensa não está, todavia, em condições de fornecer a quantidade de informação que a teoria democrática da opinião pública exige. As notícias dependem da estandarização, dos julgamentos de rotina e dos estereótipos dos jornalistas. Além disso, os jornalistas interessam-se por aquilo que acham que interessa ao público. Ou seja, os *media* não se limitam a moldar aquilo em que o público está interessado; são também moldados, não podendo ignorar as exigências do público, sob pena de não chegarem a uma grande audiência.

Os especialistas eram a grande esperança de Lippman. Munidos de um jargão próprio, catálogos, papelada, gráficos, os especialistas deviam estar ao serviço dos homens de ação, dos governantes e dos jornalistas, fornecendo-lhes informação rigorosa e confiável, e se “it does not help them, it will help nobody in the end” (Lippmann, 1922/1998, p. 399). Os especialistas podem ser também os “novos Sócrates”, ao separar as palavras, ao colocar as questões certas, de modo a que os cidadãos consigam “made words names of ideas” (Lippmann, 1922/1998, p. 406). Em parte nenhuma do seu *Public opinion*, Lippmann se debruça sobre a possibilidade de os especialistas poderem eles próprios ser condicionados por estereótipos. De qualquer maneira, três anos depois, publica *The Phantom Public*. O seu pessimismo agudiza-se. A sua fé nos experts parece ter esmorecido. Estes dominam apenas um assunto muito específico e as suas teorias e descobertas são demasiado intrincadas e esotéricas para o leitor casual de jornais. O público, incapaz de argumentar, com um ou outro interesse ocasional, sem nenhum apetite por teorias, tem apenas um recurso: insistir no debate. Não porque seja capaz de avaliar e julgar os méritos dos argumentos esgrimidos, mas porque no debate aberto os sectários acabarão por se denunciar uns aos outros. O público chegaria a meio do terceiro ato e sairia ainda antes do final da peça. Ficaria apenas o tempo suficiente para decidir quem eram os heróis e os vilões da história. Os corruptos, os mani-

puladores das massas teriam, assim, mais dificuldades em fazer passar os seus interesses pessoais ou de grupo pelo bem-comum.

Em 1927, John Dewey (1859-1952) publica *The public and its problems*, uma espécie de resposta ao *The Phantom Public* de Lippmann. O varrimento das comunidades locais pela modernidade levou ao definhamento do público. O vapor e a eletricidade trouxeram a *Great Society*, mas não criaram uma *Great Community*. E sem comunidade não há democracia (uma implica a outra), nem público. Dewey tinha, todavia, mais fé na humanidade do que Lippmann. Acreditava que era possível tirar o público das sombras. A grande solução seria mais e melhor comunicação. Os cientistas, os investigadores deviam apurar a técnica de apresentação das suas descobertas, de modo a que o público pudesse compreender o que estava em jogo. Todavia, Dewey rejeitava por completo um governo de especialistas. Tal seria uma tirania ao serviço dos interesses de alguns. Uma versão moderna da utopia de Platão, em que os filósofos eram reis e os reis eram filósofos. No processo de decisão, as necessidades do povo devem ser sempre tidas em conta.

Hoje, quase um século depois, o mundo é muito diferente. Todavia, como veremos de seguida, as inquietações de Lippmann e Dewey mantêm-se pertinentes.

### **De um paradoxo a um dilema**

Em 1930, Ortega y Gasset (1883-1955) publicou *A rebelião das massas*, onde desfere um ataque demolidor aos especialistas. A massa é o homem médio, aquele que não se diferencia dos outros e que não se angustia por isso. A massa é um ingrediente essencial da sociedade; porém, o homem-massa é uma doença dos tempos, fruto dos apetites e meios que a civilização lhe proporcionou – económicos, corporais (higiene, saúde), civis, técnicos. Na sua arrogância e autossatisfação, o homem-massa fechou-se dentro de si mesmo, amontoando no seu interior lugares-comuns e preconceitos. Cheio de apetites, muito convicto dos seus direitos, ignorando as suas obrigações, com ideias taxativas sobre tudo, tendo perdido o sentido da audição, sem respeitar nada nem ninguém, sem interesse nenhum pela história, o homem-massa recusa a direção e a orientação das minorias excelentes, sem as quais a humanidade sucumbiria rapidamente. A rebelião das massas consiste precisamente nesse hermetismo das almas médias e na sua recusa em se submeterem a instâncias superiores.

A “barbárie do especialismo” é um dos temas principais de *A rebelião das massas*. O progresso da ciência levou à sua mecanização e especialização. O problema é que fora do seu nicho de saber o especialista comporta-se com uma enorme arrogância. Tem opiniões taxativas sobre tudo o que desconhece, não reconhece a sua ignorância, mesmo perante outros especialistas – o que não deixa de ser irónico, como sublinha Gasset. Gera-se assim um efeito paradoxal. Dentro da sua especialidade, o especialista representa o máximo do homem qualificado, fora dela, é o homem massa no seu expoente máximo.

Em 1931, Harold J. Laski<sup>1</sup> (1893-1950) publicou um pequeno texto intitulado “The limitations of the expert”. Com a crescente complexidade do mundo, os especialistas tornaram-se essenciais. Neste ponto, está distante de Gasset e próximo de Lippmann. Mas, ao contrário do

---

1. Harold Laski foi líder do Partido Trabalhista entre 1945 e 1946.

autor americano, Laski vê claramente as limitações dos especialistas. Imersos nas suas rotinas, os especialistas revelam falta de flexibilidade mental sempre que se aproximam das margens do seu tema de estimação. São hostis a pontos de vista que não estejam definidos nos termos a que estão acostumados. Isto acontece porque, por norma, os especialistas estão afastados e não compreendem o homem simples. O especialista tende a "to make his subject the measure of life, instead of making life the measure of his subject" (Laski, 1931, p. 8).

O especialista pode explicar as consequências de uma proposta política, indicar a sua sensatez, medir o seu perigo, apontar as possibilidades de uma linha de ação proposta, mas "it is of the essence of public wisdom to take the final initiative out of his hands" (Laski, 1931, p. 10). Ao especialista cabe-lhe dizer como se deve fazer e não o que fazer. Ao homem de Estado cabe-lhe indicar os limites do possível e estabelecer pontes entre os especialistas e a multidão. Um sistema que entregue iniciativas importantes a especialistas está condenado a desenvolver todos os vícios burocráticos. O especialista irá aplicar todas as suas receitas e soluções independentemente da vontade, das necessidades e das possibilidades do público. Laski não tem dúvidas: a última palavra ou decisão deve caber sempre aos amadores. Por mais impressionados que os especialistas e os governantes estejam com a ignorância das multidões, não se pode ignorar ou subestimar a vontade destas. No fim, é a opinião do homem simples e médio que conta. O que pode ser feito não é o que o especialista pensa que pode ser feito; o que pode ser feito é determinado pelo que os esquemas de valores do homem simples consideram justo.

Segundo Laski (1931), um especialista continuará a ser um especialista na condição de não tentar coordenar a sua especialização com o resto do conhecimento humano. No momento em que o tentar fazer, deixará de ser um especialista. Friedrich August von Hayek (1899-1992) não partilhava completamente esta visão. Em "The dilemma of specialization", publicado em 1956, o economista e filósofo austríaco reconhece a inevitabilidade da especialização na sociedade moderna. Ao contrário de Laski, diferencia claramente a especialização nas ciências naturais da especialização nas ciências sociais. Um físico que é apenas um físico pode atingir a excelência na sua área e ser um membro importante da sociedade. Não é assim com os economistas em particular e com os cientistas sociais em geral. Neste caso, a especialização tem custos importantes. Ninguém pode ser um "great economist who is only an economist – and I am even tempted to add that the economist who is only an economist is likely to become a nuisance if not a positive danger" (Hayek, 1967, p. 123).

O problema é que pode ser necessário metade de uma vida para que os cientistas se tornem melhores do que os amadores. Nesse sentido, uma investigação frutuosa exige uma especialização intensa. Esta exigência de uma especialização intensa é difícil de conciliar com a necessidade de dominar vários assuntos ao mesmo tempo. Daí o dilema da especialização. O facto é que, ao fim de um longo período de especialização, os cientistas sociais continuam muito longe de lidar de forma competente com a maioria dos problemas que o estudo da civilização humana levanta, conclui Hayek (1967).

### O que é, afinal, um especialista?

Há muita literatura sobre os especialistas, mas a definição de especialista não é assim tão óbvia. Em *The death of expertise*, Tom Nichols tenta circunscrever o conceito. Há muitos especialistas no mundo. Alguns são fáceis de identificar: médicos, engenheiros, pilotos de aviões, realizadores de cinema, pianistas, atletas, treinadores. O conhecimento especializado é inerente a qualquer profissão. Em sentido lato, especialistas são pessoas que dominam as competências específicas ou corpos de conhecimento e que praticam essas competências ou usam esse conhecimento como a sua principal ocupação na vida. Dito de outro modo, o especialista é alguém que sabe consideravelmente mais do que nós sobre um determinado assunto, uma minoria cujas opiniões são, com maior probabilidade, mais competentes do que as do resto da população (Nichols, 2017, pp. 30-31). Há muito que os sociólogos sabem que os profissionais mantêm a sua autonomia e prestígio convencendo o resto do mundo de que, por um lado, possuem conhecimentos preciosos que os iniciados e leigos não possuem e, por outro, de que esses conhecimentos não são facilmente apreendidos pelos que estão fora da sua área de especialização (Tetlock, 2005).

A experiência e a longevidade numa área em particular ou profissão são talvez as marcas mais credíveis da *expertise*. Como sublinha Kahneman (2012), a especialização em tarefas complexas, como o xadrez, o basquetebol profissional ou o combate a incêndios, é intrincada e lenta, pois “a especialização num domínio não é uma única capacidade, mas antes uma grande coleção de minicapacidades” (p. 315).

De acordo com Nichols (2017), a combinação de educação, treino, experiência, talento e afirmação entre os pares talvez seja o melhor guia - ainda que imperfeito, admite o autor - para separar os especialistas do resto da população. O autor aplica este “guia” de uma forma geral, desde médicos e pilotos de avião a economistas e cientistas políticos. Ao contrário, Taleb (2013) considera que nem todas as disciplinas têm verdadeiros especialistas. É importante observar a diferença estabelecida pelos gregos entre *technè* (ou seja, da “técnica”) e *epistèmè* (ou seja, do “conhecimento”, da “ciência”); ou, dito de outro modo, a diferença entre “saber fazer” e “saber acerca”.

Invocando um estudo do psicólogo James Shanteau, Taleb (2013) dá exemplos de “especialistas que têm tendência para ser especialistas” (p. 201), a saber: juízes de gado, astrónomos, pilotos de testes, avaliadores da qualidade do solo, físicos, contabilistas, analistas de seguros”; e de “especialistas que têm tendência para ser... não especialistas”: corretores de bolsa, psicólogos clínicos, psiquiatras, selecionadores pessoais, analistas da CIA. A esta segunda lista de Shanteau (1992), Taleb acrescenta ainda, com base na sua própria investigação, os economistas, responsáveis por previsões financeiras, professores de finanças, cientistas políticos, especialistas em risco. Nas profissões que lidam com o futuro e que baseiam os seus estudos no passado não repetível, o problema “dos especialistas é que não sabem o que não sabem” (Taleb, 2013, p. 203). A história é dominada por acontecimentos altamente improváveis, que produzem um enorme impacto, e que o autor designa por “Cisnes Negros”. Os especialistas podem ser bons a prever o normal, o regular, mas não o irregular.

Kahneman (2012) corrobora Taleb (2013). A probabilidade de estarmos perante juízos de verdadeiros especialistas depende da satisfação de duas condições básicas: (1) um ambiente regular para ser previsível; (2) a possibilidade de aprender estas regularidades através de uma prática

prolongada. É normal falhar previsões num mundo imprevisível. É censurável os especialistas acreditarem que podem ter êxito numa missão impossível, acrescenta o psicólogo e prémio Nobel das Ciências Económicas.

### **Uma ilusão não dispensável**

Todavia, a ilusão da previsão mantém-se incólume. Nichols (2017) reconhece que é importante a chamada de atenção de Taleb (2013) sobre a permanência da incerteza. Mas de nada serve insistir na futilidade da previsão. O prémio Nobel das Ciências Económicas Kenneth Arrow (1921-2017) conta-nos um episódio ilustrativo. Durante a II Guerra Mundial, Arrow colaborou nos serviços de meteorologia da Força Área Americana. Os seus superiores pediram-lhe uma previsão do tempo com um mês de antecedência. Arrow e os seus colaboradores pediram que os libertassem dessa missão impossível. A resposta dos seus superiores foi: “The Commanding General is well aware that the forecasts are no good. However he needs them for planning purposes” (Arrow, 1992, p. 47). Na verdade, Taleb (2013) tem consciência de que os indivíduos preferem “uma previsão deficiente a nada” (p. 451). A propósito, recorda uma metáfora de Daniel Kahneman: muitas pessoas estando perdidas nos Alpes preferem usar um mapa dos Pirenéus a não usar mapa nenhum.

A classe política e a sociedade em geral não vão baixar os braços e deixar de aplicar a *expertise* como uma forma de cobertura antecipada. Quando as políticas fracassam, produzindo amiúde resultados opostos ao previsto, é mais fácil os governantes desculpam-se ante a opinião pública se apresentarem pareceres prévios de especialistas a defenderem o caminho traçado (Tetlock, 2005). Além disso, há uma indústria de previsão alimentada por especialistas financeiros e gurus dos negócios e da política. Os jornais, rádios e televisões são também grandes consumidores nesta indústria ou negócio. Os seus painéis de especialistas comentam o passado recente e preveem o futuro. Os leitores, ouvintes e telespectadores acreditam estar a receber informação privilegiada ou, pelo menos, penetrante. E os comentadores e os seus promotores acreditam sinceramente estar a fornecer esse tipo de informação (Kahneman, 2012).

### **Ouriços e raposas**

Em 2005, Philip Tetlock publicou *Expert Political Judgment: How Good Is It? How Can We Know?*. O psicólogo americano reuniu 284 especialistas que ganham a vida a ler as tendências económicas e políticas. Alguns dos participantes fizeram mais de 100 previsões – cerca de metade pertencia à sua área de *expertise* e a outra metade a áreas fora do seu domínio. No total, Tetlock reuniu cerca de 30 mil previsões. Aos especialistas foi pedido que avaliassem a probabilidade de ocorrência de uma série de eventos políticos, económicos e militares num futuro não muito distante (cerca de cinco anos). Gorbachov será derrubado por um golpe? Os EUA envolver-se-ão numa guerra no golfo Pérsico? Que país será o próximo grande mercado emergente? Os resultados de Tetlock não deixam os especialistas bem na fotografia. Pelo contrário. Tanto na competência demonstrada em termos de previsões como na forma como reagiam quando se provava que estavam errados ou na forma como avaliavam a evidência que não suportava as suas posições.

Pessoas que ganham a vida a estudar um tópico em concreto produzem previsões mais fracas do que chimpanzés a atirar setas a um alvo. Mesmo nas previsões relativas às suas áreas de estudo, os especialistas não foram significativamente melhores do que os não especialistas. Os que sabem mais preveem ligeiramente melhor do que os que sabem menos. Ao mesmo tempo, são menos fiáveis porque tendem a cair num irrealista excesso de confiança, fruto dos seus anos de estudo dedicados ao assunto. Como diz Tetlock (2005), os especialistas parecem frequentemente não ter consciência da rapidez com que atingem os rendimentos marginais decrescentes do conhecimento: quanto maior é o seu conhecimento num assunto, menores são os ganhos acrescidos (marginais) em termos da sua capacidade de analisar e prever o mundo em seu redor. Numa era de hiperespecialização académica, não há razões para acreditar que as estrelas da universidade ou os colaboradores de revistas académicas de referência sejam melhores do que um jornalista ou leitor atento do *New York Times* na leitura de situações emergentes, conclui o psicólogo americano.

Os especialistas, tal como o resto dos humanos, caem muitas vezes numa série de erros identificados há muito por centenas de estudos de psicólogos: a preferência pela simplicidade; a aversão à ambiguidade e à dissonância cognitiva; a crença, bastante enraizada, num mundo ordenado; a nossa, aparentemente incorrigível, ignorância das leis da probabilidade.

Os especialistas são relutantes em reconhecer que se enganam e a ajustar o seu julgamento. Apresentam sempre um grande leque de explicações ou desculpas (Tetlock, 2005, pp. 132-136), a saber: não estavam reunidas as condições para testar as suas hipóteses; o problema foram as forças exógenas ao perímetro da sua teoria; estavam quase certos – o acontecimento não ocorreu, mas quase ocorria e só não ocorreu devido a contingências triviais; o evento pode não ter ainda ocorrido, mas vai ocorrer, é uma questão de tempo e paciência; a culpa não é deles, surgiu um acontecimento imprevisto; erraram, mas pelas razões corretas. Enfim, os especialistas deixam-se encandear pelo brilho do seu conhecimento e detestam reconhecer que estão errados ou que, simplesmente, não sabem. Como sublinha Nichols (2017), “não sei” são palavras que qualquer especialista detesta dizer.

Outra lição a retirar de Tetlock é que os especialistas se enganam não por aquilo em que acreditam, mas pela forma como pensam. O autor estabelece uma diferença entre dois tipos de especialistas em previsões, os ouriços e as raposas, usando, para o efeito, a terminologia do ensaio de Isaiah Berlin sobre Tolstói. Como na fábula de Esopo, “A raposa sabe muitas coisas, mas o ouriço sabe uma coisa muito importante” (Berlin, 1999, p. 211). Os ouriços são mais agressivos intelectualmente. Sabem “uma coisa muito importante”, dispõem de uma teoria acerca do mundo e, sob a bandeira da parcimónia, tentam expandir o poder explicativo dessa “coisa muito importante” a acontecimentos particulares e novos. São avessos à ambiguidade e, por isso, sentem-se motivados a abraçar argumentos de causa-efeito que introduzam ordem concetual e lhes satisfaçam a sua ânsia de explicações conclusivas.

As raposas, pelo contrário, são mais ecléticas, sabem “muitas coisas”, estão dispostas a improvisar soluções *ad hoc* de forma a acompanhar um mundo em rápida mudança. São pensadoras complexas, com mentes abertas, mais sensíveis à forma como agentes e forças contraditórias podem produzir equilíbrios estáveis; ao mesmo tempo, reconhecem a precariedade de muitos equilíbrios. As raposas são cautelosas em relação a grandes generalizações e retiram da história a lição de que há muitos buracos probabilísticos, contingências e paradoxos. No discurso das rapo-

sas, aparecem com frequência palavras como “contudo”, “por um lado... por outro lado” – o que mostra que os seus pensamentos estão em tensão uns com os outros. Embora o seu desempenho também fosse fraco, as raposas tiveram melhor pontuação no estudo de Tetlock. Curiosamente, como sublinhou o psicólogo americano, os ouriços eram mais procurados pelos *media*. Isso deve-se provavelmente ao facto de as suas opiniões serem simples, claras, coerentes, assertivas, fáceis de embrulhar em *soundbites*. Dois ouriços eriçados, em lados opostos da barricada, cada um a atacar as opiniões “ridículas” do outro, é a receita para um bom espetáculo, como lembra Kahneman (2012).

O estudo de Tetlock não é, todavia, nenhuma prova da sabedoria das multidões. O psicólogo americano não comparou o poder de análise e predição dos especialistas com o dos leigos. Os leigos (não especialistas) da amostra eram alunos de Berkeley, ou seja, faziam já parte de uma elite. Convém também sublinhar que as questões colocadas eram consideradas pelos próprios especialistas “hard questions”. Tetlock não conclui que as previsões são, afinal, uma futilidade ou uma simples impossibilidade. Discorda, aliás, dos “céticos radicais” que consideram a previsão (e o bom julgamento) pura sorte ou simplesmente impossível, seja por questões ontológicas (a complexidade do mundo), seja por razões psicológicas (as limitações dos indivíduos mencionadas acima). As raposas são mais certas, um sinal de que é possível melhorar os métodos de previsão. Nesse sentido, Tetlock (2005) deixa um conselho: “But, if I had to bet on the best long-term predictor of good judgment among the observers in this book, it would be their commitment – their soul-searching Socratic commitment – to thinking about how they think” (p. 215).

### **Cascatas, espirais e risco**

Nas últimas quatro décadas, autores como Paul Slovic, Daniel Kahneman ou Cass Sunstein lançaram novas luzes sobre o público e os especialistas. Os humanos deixam-se muitas vezes enganar ou iludir por impulsos e intuições, recorrem a heurísticas que lhes permitem, nomeadamente, simplificar as suas vidas e criar um mundo muito mais ordenado do que a realidade. Todavia, estes autores não partilham a mesma visão sobre qual deve ser o papel dos especialistas e do público nos processos de deliberação política.

Partindo da heurística da disponibilidade, Kuran e Sunstein (1999) introduziram o conceito de “cascata de disponibilidade”. A heurística da disponibilidade<sup>2</sup>, desenvolvida por psicólogos cognitivos, diz-nos que as avaliações de probabilidade e os juízos que fazemos enquanto indivíduos estão frequentemente baseados na “facilidade com que os exemplos vêm à mente” (Kahneman, 2012, p. 176) – para responder à questão “Com que frequência ocorre X”, usamos um atalho cognitivo: se achamos fácil pensar em exemplos de X, então assumimos que X é comum; ao contrário, se achamos difícil pensar em exemplos de X, então assumimos que X é invulgar<sup>3</sup>. Estas

2. A heurística da disponibilidade faz parte das fundações teóricas de conceitos como o *priming* (Scheufele & Tewksbury, 2007).

3. Kahneman (2012, p. 184) dá vários exemplos: “Devido à coincidência de dois aviões se terem despenhado no mês passado, ela prefere agora andar de comboio. É parvoíce. O risco de facto não mudou: é um enviesamento de disponibilidade” ou “Ele subestima os riscos de poluição doméstica porque há poucas histórias nos meios de comunicação sobre eles. É um efeito de disponibilidade. Deveria olhar para as estatísticas” ou “O administrador executivo teve



heurísticas ao interagirem com determinados mecanismos sociais geram cascatas de disponibilidade. Estas são um mecanismo através do qual os enviesamentos do público fluem diretamente para a política. A importância que uma ideia ou acontecimento assume publicamente depende da carga emocional ou fluência com que surge na mente das pessoas. Isto leva a que assuntos menores ou “não acontecimentos” possam assumir dimensões desproporcionadas, afastando a comunidade dos problemas e perigos reais. As reações enviesadas aos riscos levam a que os cidadãos se foquem nos assuntos errados. Em consequência, as prioridades da política pública nos EUA tendem a ser erráticas e desadequadas.

A opinião que se impõe é a dos que falam mais alto, dos que têm acesso aos *media*. Associados ou pertencendo ao governo, aos *media*, a organizações não lucrativas, aos negócios, ou a outros grupos, os “empreendedores da disponibilidade”, como lhes chamam Kuran e Sunstein (1999), tentam desencadear cascatas de disponibilidade para fazer avançar as suas próprias agendas – com motivações altruístas ou, amiúde, egoístas.

As cascatas de disponibilidade não são um fenómeno novo. A novidade está nos novos meios de comunicação que aceleram as cascatas e, desta forma, pressionam ou confundem os governos com maior facilidade. Com o tempo, desaparecem do discurso público as perceções, argumentos e ações que se afastam da opinião dominante ou da norma social. Há aqui um efeito semelhante à teoria da espiral do silêncio de Noelle-Neumann (1995). Os indivíduos querem ir atrás da maioria para não ficarem socialmente isolados. Há quase 200 anos, Tocqueville (1835/2001) avisou sobre os perigos da “tirania da maioria”. Kuran e Sunstein consideram este aviso mais atual do que nunca. Atribuir autoridade moral aos números é perigoso. É o mesmo que dizer às pessoas que se a sua opinião está em minoria, então é porque, provavelmente, estão erradas e merecem, por isso, ser criticadas ou castigadas.

Num ponto, Kuran e Sunstein afastam-se de Noelle-Neumann. A autora alemã desvalorizava por completo o papel dos especialistas, condenados a ir atrás do pelotão como o resto dos indivíduos. Ao contrário, os autores norte-americanos acreditam que os especialistas podem funcionar como um baluarte contra os processos populistas. Os especialistas devem fazer uma análise cuidadosa, racional e objetiva dos riscos, usando a ciência, a especialização e uma deliberação cuidadosa.

A imagem oferecida do público pelo psicólogo Paul Slovic está longe de ser lisonjeira. Não obstante, e como sublinha Kahneman (2012), Slovic acredita muito menos nos especialistas e mais no público do que Kuran e Sunstein.

Slovic deseja arrancar aos especialistas o controlo único da política do risco. Para este psicólogo americano, a avaliação do risco depende do critério que usamos para o medir. Por outras palavras, o risco não é objetivo, definir o risco “is thus an exercise in power” (Slovic, 1999, p. 699). O público tem inclusive uma conceção mais rica dos riscos do que os especialistas. Os especialistas medem os riscos em “número de vidas”, ignorando distinções mais finas, como, por exemplo, entre “mortes boas” e “mortes más” ou entre fatalidades casuais e mortes que ocorrem em atividades voluntárias – como esquiar. Em consequência, Slovic vê com bons olhos a resistência

---

vários sucessos de enfiada, por isso o insucesso não lhe ocorre com facilidade. O enviesamento da disponibilidade está a torná-lo excessivamente confiante.”

do público à ideia de as decisões serem tomadas por especialistas não eleitos e não responsabilizáveis. Racional ou não, o medo é doloroso e os decisores políticos devem proteger o público do medo e não apenas dos perigos reais (Kahneman, 2012).

### **Uma perda de fé na humanidade**

Tom Nichols publicou *The death of expertise* em 2017, depois do Brexit e da vitória de Donald Trump; Jason Brennan publicou *Against Democracy* em 2016, depois do Brexit e antes da vitória de Trump. O retrato do público pintado por estes dois autores é bastante negro. Ambos partem do pressuposto de que o nível de conhecimento dos americanos é bastante baixo.

Para Nichols (2017), a morte da *expertise* não é sinónimo de um saudável ceticismo em relação aos especialistas. A morte da perícia é, antes de mais, um rancor ou ressentimento dos leigos para com os especialistas. A morte da perícia não é apenas a rejeição do conhecimento existente; é fundamentalmente a rejeição da ciência e da racionalidade desapaixonada. Nesta fase pós-industrial, todos os cidadãos acreditam ser especialistas em tudo e mais alguma coisa.

Perante a morte da perícia, a explicação recorrente é acusar a internet. De facto, a internet é um extraordinário repositório de conhecimento e, ao mesmo tempo, uma fonte de conhecimentos errados. Mas esta explicação é demasiado simples. Os ataques ao conhecimento estabelecido têm uma longa história. A internet é apenas o elemento mais recente num problema com raízes profundas. Assim, além da internet, Nichols (2017) identifica mais três grandes causas da morte da perícia: as fraquezas humanas (de leigos e especialistas), que, como referimos acima, nos levam a cometer erros sistemáticos (enviesamentos); a educação; e o novo jornalismo.

A educação poderia ser a solução de problemas como o “enviesamento da confirmação” ou das falhas e lacunas de conhecimento dos cidadãos. Infelizmente, a educação faz hoje parte do problema. O estudante é tratado como um cliente. O cliente paga e tem sempre razão. Esta tendência gerou efeitos altamente perversos. A necessária humildade do bom estudante deu, muitas vezes, lugar a uma arrogância sem fundamento, acompanhada de um conhecimento ilusório. Os estudantes não desenvolvem hábitos de autocritica que lhes permitam continuar a aprender e a avaliar as complexas questões sobre as quais terão de deliberar e votar como cidadãos. Por fim, os jornalistas profissionais enfrentam novos desafios na era da informação. No meio altamente competitivo dos *media*, os editores e produtores não têm mais a paciência – ou os meios financeiros – para permitir aos jornalistas desenvolverem a sua própria perícia ou um conhecimento mais profundo dos assuntos. Para mais, não há sequer provas de que a maioria dos consumidores esteja interessada em muitos detalhes. E as pessoas envolvidas na indústria das notícias sabem hoje que, se as reportagens não entreterem o suficiente, o público pode facilmente encontrar outras com um simples clique.

O desprezo pelos especialistas está a minar a democracia, conclui Nichols (2017). Os representantes eleitos não podem dominar todos os assuntos e, por consequência, irão precisar sempre dos especialistas e de outros profissionais. Os especialistas aconselham; os líderes eleitos decidem. Para julgar o desempenho dos especialistas e as decisões dos políticos, os cidadãos devem familiarizar-se com os assuntos em questão. Tal não significa um estudo profundo sobre as políticas, mas exige interesse em obter uma literacia básica nos assuntos que afetam as suas vidas.

Quando os cidadãos se afundam na ignorância, perdem o controle das decisões importantes. Pior, a democracia pode ser sequestrada por demagogos ignorantes ou as instituições democráticas podem, paulatinamente, cair na decadência. A democracia pode transformar-se numa tecnocracia autoritária.

Brennan (2016) partilha o diagnóstico pessimista de Nichols (2017) e parte de uma premissa: em geral, os votantes são uns ignorantes. O cientista político vê a sociedade americana dividida em três grandes grupos. Os hobbits são as pessoas desinformadas, não sabem nem querem saber dos assuntos públicos e deviam abster-se de qualquer responsabilidade política – nos EUA correspondem, grosso modo, aos abstencionistas. Os hooligans acompanham as notícias da política como quem acompanha as notícias do seu clube de futebol, ou seja, de forma completamente enviesada. Por fim, os vulcanos estudam os assuntos políticos com objetividade, ouvem os outros e ajustam se necessário as suas opiniões. Estamos perante tipos-ideais, para usarmos a terminologia de Max Weber. De qualquer maneira, a larga maioria dos americanos é hobbit, hooligan ou fica algures entre os dois.

Brennan evoca uma esperança de John Stuart Mill segundo a qual o envolvimento dos cidadãos na política seria uma forma de os iluminar – um maior envolvimento político dos cidadãos desenvolveria as suas competências em termos de pensamento crítico e aumentaria o seu conhecimento, fazendo deles melhores cidadãos. 150 anos e muitas décadas de massificação do ensino depois, o próprio Mill, se voltasse a este mundo, teria perdido as suas esperanças. E de nada serve o acesso à informação política se ter tornado muito mais fácil e barato, acrescenta Brennan.

À semelhança de Schumpeter (1943/2000), Brennan acredita que a política faz mal às pessoas, corrompe-as ou estupidifica-as. O cidadão mais ativo politicamente tem usualmente opiniões fortes, raramente fala com os que têm opiniões diferentes e revela altos níveis de enviesamento quando discute ou participa na política. A participação política tende a dividir a sociedade em grupos adversários, em tribos que se digladiam. Ao contrário do que clamam, ou aspiram, autores como Habermas (2001), a discussão e a deliberação políticas não se pautam pela força do melhor argumento. O que realmente importa “are rhetoric, sex appeal, and promoting the team” (Brennan, 2016, p. 61). Numa palavra, a participação política tende a transformar os hobbits em hooligans e os hooligans em hooligans ainda piores. Seja como for, as pessoas não se vão tornar mais interessadas ou informadas em termos políticos. Isto porque existe uma racionalidade nessa ignorância. A democracia não compensa os cidadãos do esforço e tempo necessários para se manterem informados: os indivíduos sabem intuitivamente que o seu voto individual não faz qualquer diferença – não tem influência nos resultados finais de uma eleição, nem nas políticas do governo. Perante esta irremediável ignorância e irresponsabilidade dos eleitores, a maioria democrática acaba, muitas vezes, por impor aos outros políticas perversas e perigosas. E Brennan considera injusto depositarmos o nosso futuro nas mãos de cidadãos irresponsáveis. É como se fossemos obrigados a ser operados por um cirurgião incompetente.

A democracia “is nothing more than a hammer” (Brennan, 2016, p. 11). Se pudermos encontrar um martelo melhor, devemos usá-lo. O cientista político americano defende uma “epistocra-

cia”<sup>4</sup>, um modelo insinuado por Platão e Mill, no qual o poder político é formalmente distribuído de acordo com as qualificações e a competência. As pessoas deixariam, assim, de ter garantida a igualdade de direitos em termos de voto e de candidaturas a cargos políticos. Brennan nega que a sua fórmula seja totalitária ou sequer parecida com uma tecnocracia autoritária, porquanto não se trata de entregar o poder a especialistas ou aos melhores, mas sim de afastar os piores. No fundo, toda a argumentação do filósofo norte-americano assenta em probabilidades: uma maioria democrática tem mais ou menos probabilidades de escolher políticas erradas do que um público informado, racional, competente e responsável? O autor não tem dúvidas na resposta – apesar de admitir que também se podem gerar abusos de poder numa epistocracia,

A epistocracia preconizada por Brennan levanta, todavia, várias questões. Primeira, como referimos antes, alguns estudos sublinham as insuficiências e falhas dos mais conhecedores e informados, ou seja, os especialistas. Segunda, quem e como se decide quem faz parte do público bem-informado e competente? Terceira, com que critérios se decide se uma política é boa ou má? Quarta, é legítimo reduzir a democracia a um problema de informação e competência, ignorando a dimensão identitária do voto? Quinta, e recorrendo a uma metáfora de Dewey (1927/1954), quando temos um problema com os sapatos, é o especialista que o pode resolver, mas apenas o povo é que sabe onde é que lhe doem os pés.

### **Em jeito de conclusão: amortecer o ruído**

O público deve abordar as opiniões dos especialistas com uma combinação de humildade e ceticismo (Nichols, 2017). Todavia, esse equilíbrio não é fácil de atingir. O especialista, tal como o sacerdote nas sociedades mais antigas, exerce um mistério a que os leigos não têm acesso (Laski, 1931). Da parte dos especialistas, é necessária uma deferência para com o público, de forma a ganharem o sentido das proporções, e esta é a melhor garantia contra uma tirania burocrática (Laski, 1931). Ao longo das últimas décadas, vários autores (e.g., Dewey, 1927/1954; Laski, 1931, Nichols, 2017) têm avisado que sem uma aproximação e harmonia entre especialistas e leigos, estaremos sempre a um passo do abismo, um abismo que pode assumir a forma de populismo ou de uma tirania burocrática. Nesse sentido, são preconizadas reformas, nomeadamente no ensino. Por outro lado, autores como Jason Brennan consideram que o mais surpreendente nesta história é a estabilidade da ignorância e, ao mesmo tempo, a persistência das ilusões de muitos sobre as possibilidades de alterar esta realidade. As conjecturas de Walter Lippmann sobre o público são, assim, corroboradas quase cem anos depois.

Para Tetlock (2005), não é sequer possível afirmarmos que estamos melhor do que há 150 anos quando John Stuart Mill introduziu a metáfora do “mercado de ideias”. Durante muito tempo, o psicólogo americano diz ter acreditado no poder do dito mercado em estimular as boas ideias e em expulsar as más. Todavia, ao fim de anos de investigação, concluiu que a rotina dos *checks and*

4. A epistocracia pode assumir várias formas: sufrágio restrito - só podem votar e candidatar-se a cargos de poder pessoas consideradas competentes e/ou suficientemente informadas; voto plural – os mais competentes e informados (através de um processo legal) teriam direito a mais do que um voto; lotaria; veto epistocrático – todas as leis passariam pelos mecanismos democráticos, mas seria deixado a um corpo epistocrático o direito de veto. Brennan (2016) prefere o último modelo.

*balances* – na sociedade em geral e nos claustros da universidade em particular – não é suficiente para corrigir os enviesamentos identificados. Como lamenta Nichols (2017), vivemos numa época em que uma espécie de Lei de Gresham (a má moeda expulsa a boa) intelectual parece estar a emergir: a má informação expulsa o conhecimento.

O mercado de ideias, em especial o referente às previsões políticas, tem imperfeições bastante sérias. Há, desde logo, uma barreira bastante difícil de ultrapassar: a resistência feroz dos especialistas em prestar contas, em especial dos ouriços influentes, que são os que têm mais a perder (Tetlock, 2005). Porém, a resistência não vem apenas do lado da oferta da equação. Como referimos antes, existe entre o público consumidor um forte desejo em acreditar que vive num mundo ordenado e previsível. Não é, por conseguinte, fácil quebrar esta simbiose estreita entre os ouriços autoconfiantes e os seus consumidores desejosos de certezas.

Um corretivo possível para as imperfeições do mercado de ideias é definir um guia de controlo da qualidade, que torne mais fácil distinguir a baixa da alta especulação política. A academia é o local óbvio para procurar esse guia (Tetlock, 2005). O problema é que o mecanismo chave de filtragem – que restringe severamente o acesso aos jornais e revistas científicas – não é constitucionalmente exequível, nem sequer desejável no mais extenso mercado das ideias. O que conta no espaço público é a capacidade de descodificar os eventos reais em tempo real, num mundo complexo e ruidoso. Os académicos sentem-se reticentes em se envolver nas discussões do “mercado de ideias”. Os académicos mais prestigiados mostram, inclusive, um certo desprezo pelas previsões (Tetlock, 2005, pp. 232-238).

De qualquer maneira, Tetlock (2005) acredita que até a resistência mais feroz pode ser ultrapassada. Em primeiro lugar, é necessária uma ação concertada dos grandes compradores de previsões políticas e económicas – os *media*, os negócios e a governação – que torne a procura de especialistas em parte condicionada pelo histórico das suas inferências em termos de eventos no mundo real que decorrem em tempo real. Em segundo lugar, é uma questão de tempo até que os rápidos avanços das tecnologias da informação (e, mais gradualmente, da inteligência artificial) invadam profissões bem-estabelecidas como a medicina, o direito e este último reduto da política da “ofuscação”. Onde é que estaremos então? Os otimistas da era da razão anunciariam que o longamente proclamado fim das ideologias teria sido alcançado. A era dos debates daria lugar à era dos cálculos. A aposta de Tetlock (2005) é que este anúncio seria, uma vez mais, prematuro. A natureza é o que é. O sistema político cria perversamente incentivos de autojustificação. Provavelmente, o ruído e a cacofonia seriam maiores do que nunca. Isto não significa que devamos aceitar o ruidoso *status quo*. Uma iniciativa coordenada – dos que na academia, nas fundações e nos *media* veem os especialistas como fornecedores de bens credenciados, e não apenas de bens de entretenimento – pode, pelo menos, amortecer o ruído (Tetlock, 2005).

De facto, amortecer o ruído do espaço público é talvez o melhor que podemos esperar, num futuro sempre imprevisível.

**Referências bibliográficas**

- Arrow, K. (1992). I know a Hawk from a Hardsaw". In M. Szenberg (ed.), *Eminent economists: their lives and philosophies* (pp. 42-50). Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Berlin, I. (1999). *A apoteose da vontade romântica: uma antologia de ensaios* (Trad. Curvelo, Trad.). Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Brennan, J. (2016). *Against democracy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Dewey, J. (1954). *The public and its problems*. Athens: Swallow. (Obra original publicada em 1927).
- Gasset, J. O. (1997). *La rebelión de las masas*. Barcelona: Editorial Optima. (Obra original publicada em 1930).
- Habermas (2001). *Moral consciousness and communicative action*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Hayek, P. A. (1967). *Studies in philosophy, politics and economics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Kahneman, D. (2012). *Pensar, depressa e devagar* (Trad. P. Vidal). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Kuran, T. & Sunstein, C. R. (1999). Availability cascades and risk regulation. *Stanford Law Review*, 51, 683-768.
- Laski, H. J. (1931). The limitations of the expert. *Fabian Tract*, 233, 3-14.
- Lippmann, W. (1993). *The phantom public*. New York: Macmillan. (Obra original publicada em 1925).
- Lippmann, W. (1998). *Public opinion* (2.<sup>a</sup> ed.). New Brunswick (U.S.A.) and London: Transaction Publishers. (Obra original publicada em 1922).
- Nichols, T. (2017). *The death of expertise: the campaign against established knowledge and why it matters*. New York: Oxford University Press.
- Noelle-Neumann, E. (1995). *La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona: Paidós.
- Scheufele, D. A. & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda-setting, and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57, 9-20.
- Schumpeter, J. A. (2000). *Capitalism, socialism & democracy*. London: Routledge Press. (Obra original publicada em 1943).
- Shanteau, J. (1992). Competence in experts: The role of task characteristics. *Organizational Behavior and Human Decisions Processes*, 53, 252-266.
- Slovic, P. (1999). Trust, Emotion, Sex, Politics, and Science: Surveying the Risk-Assessment Battlefield. *Risk Analysis*, 19(4), 689-701.
- Taleb, N. N. (2013). *O cisne negro: o impacto do altamente improvável* (Trad. S. Oliveira). Lisboa: D. Quixote. (Obra original publicada em 2007).

Tetlock, P. (2005). *Expert political judgment: how Good is it? How can we know?*. New Jersey: Princeton University Press.

Tocqueville, A. de (2001). *Da democracia na América* (Trad. C. C. M. de Oliveira). S. João do Estoril: Principia. (Obra original publica em 1835).